



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 10ª Sessão Especial, requerida pelo Sr. vereador Junio Leandro, para discutir a mobilidade urbana na cidade de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário Senador Humberto Lucena, da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 20 dias do mês de abril de 2022.

Composição da Mesa

Presidente

Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo (PDT)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Demais componentes:

José Silveira Rosa – Advogado trabalhista

Thalita Gomes – Associação Minha Jampa

Mateus Gabriel – Associação Paraibana dos Estudantes Secundaristas

Alexandre Soares de Melo – Instituto Federal de Ciências/IF

Marcos Souto Maior – Representante da Semob

Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB) – Vereador

Lista de participantes em plenário

Paulo Ferreira – Suplente de vereador

José Ivanildo Soares – Presidente da Associação Sítio Mumbada (Distrito Industrial)

Maria Goreti Silveira (Bessa)

Everaldo Nascimento da Silva (Cidade Verde)

Ricácio Cruz – Psicólogo do Conselho Estadual de Trânsito

Wilson de Andrade – Cidadão

Tácio Teixeira – Membro Estadual do PSOL

Edson Pereira – Torcida do Belo

Lucas Duarte – Torcida do Belo

Cosme Vasconcelos – Suplente de vereador

Sant Ananda Lara Nobre – Psicóloga

Pedro Severino – Ecologista

Raul Lima – Arquiteto da Semob

Edmilson Soares de Lima – Presidente da ASFOC e membro do Conselho Comunitário de João Pessoa e região metropolitana

Rudson de Lima – Amigo do vereador

Alessandra Samira – APES – Associação Paraibana dos Estudantes Secundaristas



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Rita Lira – Grupo Capoeira Angola Palmares
Camila Oliveira – Professora
Antônio do Nascimento – Líder sindical dos rodoviários da Paraíba
Maria de Fátima – Cidadã
Irle Guimarães – Assessora técnica da Semob
Malu – Grupo Capoeira Palmeira
Netinho – Presidente da Torcida Jovem do Botafogo

Às 14h21, o Sr. Presidente, vereador Junio Leandro, disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão e convido o Sr. vereador Marcos Henriques para ler o texto bíblico”. Logo após, fez a apresentação da composição da mesa e disse: “De antemão, eu queria informar que foram convidados todos os órgãos, a Semob, o Sintur-JP, que é quem representa as empresas, DCEs e sindicatos. A gente tem que ocupar mais esses espaços, porque é o espaço democrático do povo, da população. A rede social é um ambiente bom para a gente fazer nossos desabafos, nossas lutas, mas é aqui, neste Parlamento, onde as nossas angústias se efetivam em proposições para que possam sair do papel e virar realidade. Então, a gente torce para que dessa audiência se tire muito conhecimento para que, através do mandato, sejam criadas proposições para melhorar a questão da mobilidade urbana na cidade de João Pessoa. Creio que o representante da Semob deva estar chegando, não sei se o pessoal da Sintur-JP também vai vir, mas enquanto isso a gente vai dar prosseguimento a nossa sessão”. Em ato contínuo, convidou todos a, em posição de respeito, ouvirem a execução do Hino Nacional Brasileiro. Após isso, passou a palavra ao Sr. Primeiro-Secretário, que registrou o seguinte documento de expediente em mesa: **REQ-SES nº 5989/2022**, que solicita esta sessão. Em seguida, o Sr. Primeiro-Secretário disse: “Sem me achar surpreso, mais uma vez, ninguém da Comissão da Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana daqui da Câmara está presente”. Na sequência, leu a justificativa de ausência do Sr. vereador Damásio Franca Neto e fez a leitura dos nomes dos presentes em Plenário. Logo após, o Sr. Presidente foi à tribuna proferir seu discurso de justificativa da proposição. **O Sr. Presidente, vereador Junio Leandro**, disse: “Agradeço a vocês por estarem aqui. A gente fez essa luta para conseguir esse espaço, essa audiência pública, e eu acho que essa é uma ferramenta muito boa, da gente estar aqui tendo vez e voz, então é importante que a população se faça presente. O que me impulsionou a pedir essa audiência pública, muitos conhecem a minha luta antes de estar aqui na Câmara, antes de ser vereador, onde por diversas vezes fizemos movimento de luta aqui na frente e em vários pontos da cidade de João Pessoa. Hoje, a gente está aqui com essa responsabilidade, de ser um vereador da cidade de João Pessoa, representando aqui muitos segmentos, e um dos segmentos do qual a gente sempre fez luta e brigou na rua, junto do Levante Popular e os movimentos secundaristas, sempre era relacionado ao transporte coletivo. Aqui, a gente não pode negar que o carro-chefe dessa audiência será principalmente falar das questões do transporte coletivo na cidade de João Pessoa. Não que outras formas de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

mobilidade a gente não vai destacar, que são importantes também. Com meu colega, a gente falou em relação ao ciclismo e em relação até de ter a bicicleta como meio de locomoção de verdade. Eu morei um tempo na cidade de Joinville, quando era mais novo, e lá as pessoas usam a bicicleta como meio de transporte de verdade, e na cidade de João Pessoa eu percebo que poucas pessoas usam a bicicleta como meio de transporte. Acredito que não por opção, às vezes, por falta de ciclovias que atendam todos os bairros. Acho que ciclovias não pode atender só ao esporte, o ciclismo é legal, inclusive tenho uma bicicleta, faço o meu pedal, mas que as ciclofaixas também atendam a população que queira usar a bicicleta para se deslocar para seu trabalho, para sua escola. Na situação que a gente vive hoje, no trânsito que a gente vive hoje, eu acredito que, se tivessem ciclovias que ligassem alguns bairros ao centro, ou a grandes empresas e a grandes instituições de ensino, seria até mais rápido chegar nesses locais se você tivesse na sua bicicleta. Muitas vezes o estudante da UFPB, que mora ali nos Bancários, se ele pegar um ônibus e outro for de bicicleta, tendo uma ciclofaixa, eu não tenho dúvida de que este vai chegar primeiro e não vai deixar de estar se exercitando. Então, minha primeira fala aqui está para justamente fazer esse destaque, que é uma luta de nosso mandato. O superintendente da Semob está aqui presente, ouvindo, é uma pessoa que é disposta, está aqui justamente para isso, para levar as demandas, para executá-las e trazer essas melhorias. Mas o principal tema que me trouxe aqui, e eu queria que o representante da Sintur-JP estivesse presente, é relacionado de fato aos transportes coletivos da cidade de João Pessoa. Chegam a mim diversas denúncias, de diversas demandas nos mais variados aspectos e temas relacionados ao transporte público da cidade de João Pessoa. Eu, até então, já peguei o ônibus em várias localidades para testemunhar de perto e já estive na integração, que na verdade hoje não devia nem chamar de integração, porque me parece que não integra mais. Eu queria pedir atenção do pessoal da Semob para a gente ficar em cima disso, porque existe a integração temporal, mas que tem um limite de tempo para você usar. E como é que você vai fazer o uso da integração temporal se a frota está reduzida e o ônibus está demorando? Eu desço numa parada para integrar, tem um prazo para pegar o próximo ônibus, senão vou pagar outra passagem, só que esse ônibus demora uma hora para chegar, e aí o tempo de fazer minha integração acaba e eu sou obrigado a pagar outra passagem. Eu não acho justo que isso aconteça. O lucro dessas empresas não pode se sobressair à qualidade de vida da população, da qualidade de vida dos trabalhadores que estão lá dirigindo o ônibus. A gente tem que entender que a prioridade é a qualidade de vida dos munícipes. Tivemos um aumento de passagem recente que deixou João Pessoa a capital mais cara do Nordeste, e João Pessoa não é uma metrópole. Você vai em Fortaleza, que é uma cidade enorme, e a passagem custa R\$ 3 reais; Recife, R\$ 4,10; Natal, R\$4 reais; e João Pessoa custa R\$ 4,40. Então, eu queria entender a justificativa para aceitar um aumento como esse, haja vista que já foi concedida uma isenção de impostos para as empresas de transporte coletivo, justamente para que elas aumentassem a frota e segurassem esse reajuste. A acessibilidade praticamente não existe. Um portador de necessidades especiais, se for pegar um ônibus para se deslocar na cidade, é uma dificuldade tremenda, é raro ter um ônibus que o aparelho funcione para que ele faça uso



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

do transporte coletivo. Outra questão importante é a superlotação, a pandemia está diminuindo, mas a frota não aumenta e isso está causando superlotação, e isso precisa ser fiscalizado. Transporte coletivo é uma concessão pública, é dever nosso sim legislar sobre isso e fiscalizar isso. A gente sabe que aqui em João Pessoa tem a chamada dupla função, o motorista tem que dirigir e passar troco. Isso não existe. Até que ponto vai o interesse de lucrar, dessas empresas? A princípio foi ofertada uma ajuda de R\$ 300,00. A gente demite em média 1.500 pais de família, que eram cobradores, para fazer com que o motorista fizesse a dupla função. Aí ofereceram gratificação de R\$ 300,00, porém essa gratificação foi retirada e agora, depois de muito tempo, está voltando para R\$ 100,00 para fazer a dupla função. O vale transporte, 50% retiraram dos trabalhadores. São coisas da legislação privada sim, mas a qualidade de vida dos motoristas e a condição mental deles desembarca na segurança dos usuários. Um motorista que está sobrecarregado mentalmente, ele não só põe em risco a sua saúde, ele põe em risco a saúde de quem está usando o transporte também. Me chega a informação que existe a dupla pegada nas empresas de transporte coletivo. O trabalhador chega na empresa 4 ou 5 horas da manhã, ele vai vistoriar o ônibus, vai fazer sua primeira viagem, quando o fiscal diz: recolhe o ônibus e volta para a empresa. Esse motorista volta para a empresa, fica lá parado e só volta a dirigir quando o fiscal libera ele. Só que quando ele está parado, não está recebendo, está parado, não tem hora extra, o tempo de serviço é paralisado. Aí, quando dá 11 horas da manhã, ele volta e pega a linha tal, quando dá 3 horas da tarde, pare novamente, quando dá 7 horas da noite, volte, para o motorista conseguir fazer as 6 horas de trabalho, chega perto de meia-noite. Aí a sobrecarga, o trabalhador chega em casa de meia-noite para no outro dia estar na empresa de novo de 5 horas da manhã. Passa o dia na empresa, mas só recebe as 6 horas trabalhadas, porque só recebe pelas 6 horas trabalhadas, porque só trabalha na conveniência do empresário. Não é pensado na sobrecarga mensal, hora extra, ainda me parece que a empresa não tem ponto eletrônico. A gente, como população, tem que se unir em relação a isso. Sobre a gestão municipal atual, a secretaria de mobilidade urbana está fazendo seu trabalho, ruas sendo calçadas, rotatórias sendo feitas, devemos focar a melhoria dos ônibus. Os ônibus já deveriam estar com ar-condicionado, mas não funciona nem a máquina de acessibilidade, quanto mais ar-condicionado. Vamos construindo o debate”. Dando sequência, o Sr. Presidente facultou a palavra aos convidados. Discursaram: **O Sr. Matheus Gabriel** disse: “Eu venho pedir a fala porque eu gostaria de relatar as experiências que eu, como estudante, como representante dos estudantes aqui na Paraíba, venho experienciando e sofrendo junto. Como boa parte aqui sabe, a maior parte das escolas daqui são integrais, o que faz com que o aluno tenha que largar do colégio em média umas 5 horas, o que significa que, se a gente pega um colégio do porte do Lyceu Paraibano, Argentina, e etc., largando ao mesmo tempo, isso gera um horário de pico. E o que acontece poderia não ser um problema, mas é porque, quanto mais tarde fica, mais a frota de ônibus é diminuída, o que resulta em várias pessoas pegando o mesmo ônibus e gerando uma superlotação impossível, em todos os aspectos, para um estudante que passou o dia todo no colégio, desde 7 horas da manhã até 5 horas da tarde, vários colégios não tendo acesso a um



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

banheiro, a um psicólogo, e ter que voltar para casa nessas condições. E em várias vezes, isso acontece por ano, como todos sabem, a entrega de materiais, ou seja, o estudante que tem que levar 14 livros, 12 livros, por aí, tendo que fazer isso num ônibus lotado, que em tese um ônibus só pode levar 40 pessoas sentadas e 43 em pé, alguém me corrija se estiver errado, sendo que quando nós frequentamos um ônibus no horário de pico, a gente sabe que isso não ocorre, é uma quantidade cada vez maior. E isso gera um desgaste cada vez maior no estudante, um desgaste dentro do bem-estar do mesmo. E a gente pode citar que a melhoria do transporte público, da infraestrutura pública pode, sim, melhorar o bem-estar para o estudante, favorecendo as nossas condições de ensino. Foram várias cidade do Brasil, e até internacionais, que investiram na sua companhia de transporte público, prova disso é que 40 municípios do Brasil conseguiram legalizar a tarifa zero, que é o ônibus gratuito para todos, e isso se provou com mais gente usando o ônibus e, por consequência, cada vez mais o trânsito diminuindo e, assim, cada vez mais a qualidade de vida como um todo aumentando. E isso afeta diretamente outras áreas, como, por exemplo, a segurança, porque, se vocês me permitirem falar, várias universidades sofrem com esse problema, porque a universidade, ela tem um turno à noite, ou seja, o estudante que sai à noite, ele sai num período extremamente perigoso. Houve relatos de estudantes da UF que diziam que quando largavam da faculdade, tinham que esconder a bolsa no meio do mato, porque simplesmente não dava para ficar na parada de ônibus com a bolsa, ia ser um assalto na certa. E isso acontece cada vez mais. Cada vez mais os ônibus estão mais sucateados, cada vez mais a população sofre, como em um outro caso de um colega meu que teve que esperar 40 minutos para pegar um ônibus para a Epitácio, e, para quem não sabe, a Epitácio é provavelmente a parte mais frequentada de João Pessoa. E eu vim fazer minha fala para mostrar esses casos, mostrar que nós temos que nos indignar e lutar contra essa situação”. Em seguida, o Sr. Presidente parabenizou o servidor da Casa, Madiel, pela passagem de seu aniversário. **O Sr. Alexandre Soares de Melo** disse: “Queria saudar a todos os presentes nesta sessão de fundamental importância, seja pelo momento que a gente atravessa na cidade, que é um momento que exige um debate público aberto, franco, como este que se propõe nesta tarde. Queria também saudar a mesa aqui presente na pessoa de seus representantes. A minha fala é muito breve e ela se dedica, especificamente, não ao tema do transporte público, mas sim na discussão que envolve o plano de mobilidade urbana. E eu queria fazer um resgate rápido de como se deu a tramitação desse plano de mobilidade urbana para que a gente aproveite a oportunidade de discussão sobre este tema, porque é a maior política pública de mobilidade urbana. E qual o contexto que nós temos hoje? Nós temos o contexto em que a gestão municipal de João Pessoa disparou o processo que ia tratar sobre o Plano de Mobilidade Urbana no plano de 2017. E é importante notar que este processo que instaurou o Plano de Mobilidade Urbana foi fruto de uma ação judicial do Ministério Público. Portanto, não foi fruto da espontaneidade da gestão municipal naquele instante, muito pelo contrário, foi fruto da luta de muitos que estão aqui, dos estudantes, do pessoal do Minha Jampa, do Fórum do Plano Diretor de João Pessoa. Então, o Plano de Mobilidade Urbana que está tramitando hoje em João Pessoa é fruto da luta



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

do povo e não do caráter espontâneo da gestão. Então, houve a submissão do projeto de lei para esta casa de leis em outubro de 2020, e esse processo foi arquivado. A gestão atual do município solicita novamente o planejamento de mobilidade urbana para uma nova revisão e devolve a esta Câmara de Vereadores no mês de novembro de 2021. Portanto, estamos atualmente em meio à discussão de um Plano Diretor e simultaneamente com o plano de mobilidade inconcluso. É este o cenário que temos e este cenário é um cenário de completa ausência de participação da sociedade civil, seja na construção do Plano Diretor e seja também na construção do Plano de Mobilidade Urbana. Eu queria aproveitar e fazer um registro. A prefeitura Municipal de João Pessoa, e eu falo enquanto pesquisador, na correria acabei sem me apresentar, sou professor da rede dos institutos federais e estou atualmente desenvolvendo minha dissertação de mestrado especificamente envolvendo o tema da mobilidade urbana. Pois bem, qual não foi minha surpresa, dentro de uns achados de pesquisa, tomar conhecimento agora de que o município de João Pessoa informou à Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, que é o grande órgão que concentra e monitora a elaboração dos planos de mobilidade urbana em todo o Brasil, o município de João Pessoa informou que o Plano de Mobilidade Urbana de João Pessoa já estava concluído. Isso é um engodo, uma inverdade, porque o que acontece em termos práticos e objetivos é que a gente ainda está discutindo o Plano de Mobilidade Urbana, um plano que na sua origem já nasce viciado pela ausência de participação da sociedade civil. É preciso, portanto, radicalizar a experiência participativa. Nós não podemos desperdiçar esse momento do Plano Diretor para radicalizar e intencionar a participação da sociedade civil na construção do mais importante instrumento da política urbana na nossa cidade. Muito obrigado”. **O Sr. José Silveira Rosa** disse: “Eu quero inicialmente saudar o vereador Junio Leandro por essa iniciativa de requerer essa sessão pública especial, aqui na Câmara de Vereadores. Quero saudar toda a mesa, o vereador Marcos Henriques, Marcos Souto Maior Filho, representante da Semob e, em nome do vereador Junio Leandro, eu saúdo toda a mesa e todos os presentes. Como o tempo é curto, eu vou me ater mais aqui a essa fala. Eu tinha me preparado para essa tribuna, não é a primeira vez que venho em sessões públicas aqui da capital para falar sobre esse tema de mobilidade urbana. Esse tema de mobilidade urbana, vereador Junio Leandro foi de muita sabedoria, de muita felicidade em requerer essa sessão aqui no plenário da Casa, porque mobilidade urbana não é em João Pessoa só, mobilidade urbana é no mundo inteiro. E eu tinha traçado alguns planos, alguns tópicos para falar, mas sei que não vai ser possível diante do tempo. Preparei aqui para falar sobre licitação pública no município de João Pessoa, porque nós temos aqui um disfarce. Já faz mais de 30 anos que o mesmo grupo empresarial explora os ônibus aqui da capital. Aqui há necessidade urgente de que seja feita licitação pública para que novas empresas se habilitem ao processo licitatório e venham explorar o transporte público, e não uma família sozinha. Quero aproveitar essa fala e essa tribuna para sugerir aos três vereadores que aqui estão, que levantem essa bandeira, levantem essa questão de uma empresa pública de transporte na capital, porque há a necessidade, vereador Marcos Henriques, vereador Junio Leandro, vereador Sobreira e os demais que aqui deveriam estar, de se ter uma empresa



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

pública de transporte para atender a população de baixa renda nesse município, e não estar dando aumento de passagem com o voto de vereador aqui da Câmara. Voto de passagem para passar para R\$ 4,40. Isso é um absurdo! E olhe, vereador Marcos Henriques, que isso já foi feito aqui na Paraíba. O governador Buriti, quando houve aqui um embate com os empresários de ônibus, criou o Setusa. E o Setusa, hoje essas linhas estão com os empresários aqui do Grupo A. Cândido. Estão explorando aqui essas linhas públicas do estado da Paraíba, quando deveria estar sendo uma empresa pública em defesa da população que não pode pagar passagem, população aqui de baixa renda do município de João Pessoa. Então, essa é uma proposta, vereador Junio Leandro, vereador Sobreira e vereador Marcos Henriques. Levantem essa bandeira de criação de uma empresa pública, nem que seja municipal. Sobre a dupla função, por isso que eu digo, são muitos assuntos, os modais que eu iria falar, BLT, VLT, o metrô de superfície, que precisa ser feito em João Pessoa. Mas como o tempo é muito curto, vamos respeitar o tempo e a pauta e aqui eu me despeço. Um grande abraço a todos”. **O Sr. vereador Marcos Henriques** disse: “Boa tarde, companheiros e companheiras, pessoal que está assistindo à TV Câmara, queria parabenizar o vereador Leandro pela iniciativa, porque não foi fácil, a gente sempre estar discutindo esse tema, algumas semanas atrás também abordei o tema numa sessão sobre mobilidade urbana e o Plano Diretor. Gente, vamos começar a falar sobre o Conselho Tarifário. O Conselho Tarifário não me representa, não representa a Câmara, o Conselho Tarifário é uma arrumação, é uma arrumação que fizeram, porque, antigamente, isso era discutido aqui na Câmara, e aí, achavam ruim quando enchiam as galerias de pessoas, de estudantes, de trabalhadores, reivindicando um reajuste menor, isso afugentou, porque muito vereador, aqui, acha que essa Casa aqui não deve discutir isso, o povo gritando ali na galeria é errado, e aqui a Casa é de quem? A casa é do povo, então, como é que a gente faz esse enfrentamento? Se coloca o Conselho Tarifário com pessoas que estão representando um DCE ou uma entidade, pessoa que está há 30 anos na universidade, como é que pode isso? Então, porque esse interesse em compor um Conselho Tarifário, e aí eu queria agradecer a presença do superintendente da Semob, mostra compromisso, mas a Semob já foi alvo, não na sua gestão, mas a Semob era usada para fazer um teatro, se dava um valor, aí a Semob referenda, aí o prefeito, para dar uma de bonzinho, dizia ‘não, vamos diminuir’, tudo jogo combinado, entendeu? Com a Semob, certo? Isso, repito, conheço o superintendente, não estou aqui fazendo uma acusação a atual gestão, e eu agradeço da Semob estar aqui, não filtrar as necessidades que nós temos, então, a Semob não está fazendo o seu papel porque o transporte coletivo, hoje, tem 35%, pega 35% de muitos trabalhadores. Gente, tem municípios que o transporte coletivo é subsidiado pela prefeitura, Dr. Silveira, é subsidiado, e a gente está num debate sobre Plano Diretor, que transporte coletivo é muito importante, e o companheiro Alexandre falou muito bem, a gente tem um plano de mobilidade que está tramitando, em paralelo, com o Plano Diretor, isso é errado. O Plano Diretor, para ser discutido, o que é o Plano Diretor? É a discussão da cidade para os próximos dez anos, e isso é de muita responsabilidade, e participação popular muito pequena, e a gente precisa ter a concepção que, além da gente ter uma boa mobilidade, a gente precisa ter uma mobilidade humana, e não



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

estar destruindo praças, como estão fazendo ali em Manaíra, a mobilidade humana é extremamente importante numa cidade que já foi a segunda cidade mais verde do mundo, e uma cidade que precisa ser arborizada, uma cidade que precisa deixar de sucumbir aos interesses do capital econômico e do capital imobiliário. Então, eu acho que isso que a gente está discutindo aqui é algo que vai nortear, nós precisamos discutir e precisamos envolver mais a população, envolver a sociedade, os trabalhadores do transporte coletivo estão sofrendo. Nascimento já esteve comigo na assessoria e sabe quantos e quantos projetos a gente apresentou aqui para acabar com a dupla função, mas quando chega na Comissão de Constituição e Justiça, que é um grande problema, Junio, representa os interesses do empresariado, é uma CCJ que não representa os interesses daqueles usuários. Gente, muitos problemas nós temos no transporte coletivo”.

Por motivo de força maior, a sessão foi encerrada por volta das 15h06.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa com base nos registros dos discursos proferidos, em arquivos de áudio e vídeo, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 20 dias do mês de abril de 2022.

Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo (PDT)
PRESIDENTE